

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.448 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2002

Plenário examina MP que alonga prazos das dívidas do campo

PÁGINA 2

Projeto regulamenta venda de substitutos do leite materno

PÁGINA 2

Comissão começa a votar propostas de combate à violência

Projetos definidos como consensuais por grupos de trabalho estão na pauta da Comissão Mista de Segurança, que se reúne amanhã, a partir das 17h. Ao todo, a comissão deve examinar 246 propostas.

PÁGINA 5



Mozarildo sugere que população seja consultada sobre criação de três estados

Mozarildo quer decisão sobre novos estados

PÁGINA 7

Brasileiros presos no Paraguai podem retornar ao país

Cerca de 165 brasileiros presos no Paraguai e 65 paraguaios presos no Brasil poderão ser beneficiados por projeto de decreto legislativo que aprova o texto de tratado sobre transferência de pessoas condenadas.

PÁGINA 7



A CCJ, presidida por Bernardo Cabral, realiza a terceira reunião nos últimos dias para exame das emendas à proposta de reforma do Judiciário

CCJ acelera análise da reforma do Judiciário

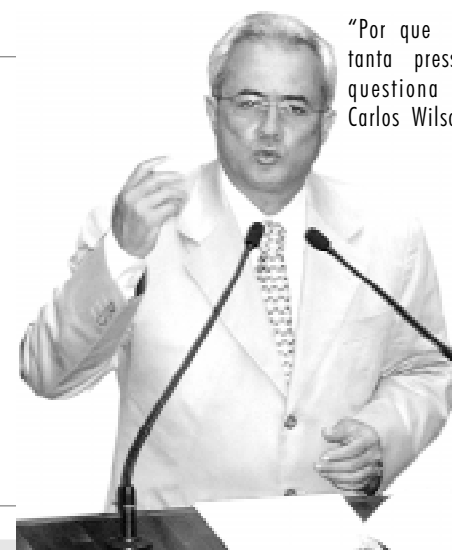
A Comissão de Justiça reúne-se na quarta-feira para votar emendas à proposta de reforma do Judiciário. A intenção dos senadores integrantes da CCJ é terminar a votação até o final de março, enviando a proposta imediatamente ao exame do Plenário.

PÁGINA 3

Carlos Wilson critica pressa do governo em mudar CLT

Ao lembrar que Consolidação das Leis do Trabalho tem 62 anos, senador considera precipitada intenção do Executivo de introduzir mudanças sem discussão.

PÁGINA 3



“Por que tanta pressa?”, questiona Carlos Wilson

CAS examina projeto que regulamenta venda de substitutos do leite materno

Pauta inclui outros sete itens, inclusive a proposta de Carlos Bezerra que estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono nos cigarros

Substitutivo do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), ao projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno deverá ser apreciado na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta quarta-feira, com início marcado para as 9h. A matéria também trata da promoção comercial e



Geraldo Althoff apresentou substitutivo ao projeto de autoria de Geraldo Cândido

da rotulagem dos substitutos do leite e de artigos de puericultura, como mamadeiras, bicos, chupetas e mordedores.

Outra matéria incluída na pauta de oito itens da CAS é o parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), favorável ao projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A proposta estende a responsabilidade solidária pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do

trabalho às empresas contratantes de prestadoras de serviços.

— Atualmente, a responsabilidade solidária, em que tanto a prestadora quanto a tomadora respondem igualmente pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho, só é invocada quando se constata fraude, isto é, recorre-se à terceirização para burlar a lei, caso em que o empregado da prestadora é, na realidade, empregado de fato do tomador de serviço — explicou Tião Viana.



Outro parecer de Tião Viana que poderá ser analisado é sobre o projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros. O relator da matéria é favorável a que os cigarros de tabaco produzidos e comercializados no país passem a conter, no máximo, um miligrama de nicotina, dez miligramas de alcatrão e oito miligramas de monóxido de carbono na corrente

principal da fumaça.

Também deverá ser analisado o parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO), favorável ao projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que altera a CLT, autorizando o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido. O empregado poderá faltar ao serviço por até 15 dias

no caso de desaparecimento de cônjuge, pais, filhos, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica.

IDOSO

Logo após o encerramento da reunião da Comissão de Assuntos Sociais, os integrantes da Subcomissão Permanente do Idoso vão discutir, definir e votar o seu cronograma de atividades para o ano 2002. A subcomissão é presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Plenário vota medida que prorroga dívidas rurais

As propostas de emenda à Constituição (PECs) que alteram o período do recesso parlamentar e a que cria o Fundo para Revitalização Hidroambiental do Rio São Francisco e a medida provisória (MP) que alonga o prazo para o pagamento de dívidas decorrentes do crédito rural são os principais projetos previstos para serem votados no Plenário do Senado Federal nesta semana.

Amanhã, é a vez da MP que prorroga as dívidas rurais. A MP foi alterada na Câmara dos Deputados, que em seu lugar aprovou

o projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, deputado Confúcio Moura.

Duas outras autorizações destacam-se ainda na pauta de amanhã. A primeira permite que o Brasil adquira, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), empréstimo no valor de US\$ 100 milhões. A outra autoriza a União a dar garantias a um empréstimo de US\$ 300 milhões contraído pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Japan Bank for International Cooperation.

Nesta quarta-feira, o Plenário tem a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, das PECs que alteram o recesso parlamentar. O relator, senador José Fogaça (PPS-RS), manifestou-se favoravelmente à proposta apresentada pelo ex-senador Jader Barbalho que restringe o recesso de final de ano ao período que vai de 21 de dezembro a 4 de janeiro.

Atualmente, esse período se estende de 16 de dezembro a 15 de fevereiro. A proposta mantém sem alterações o recesso do meio do ano, entre 1º e 31 de julho. As duas

outras PECs que tramitam em conjunto com essa última foram consideradas prejudicadas por José Fogaça.

Na quinta-feira, o destaque é a PEC que cria o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

17h — Sessão especial

Pauta: Homenagem à memória do ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal e ex-constituente Mário Covas, falecido em 6 de março de 2001 — nos termos dos requerimentos n.ºs 59, 60 e s/n, de 2001, de autoria dos senadores Teotônio Vilela Filho, Maguito Vilela, Jefferson Péres, Pedro Simon e outros senadores.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Medida Provisória n.º 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei n.º 9.138/95; PLC n.º 125/01, altera o Estatuto dos Militares; PR n.º 01/2002, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); entre outras proposições.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC n.º 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs n.ºs 12/00 e 14/01), altera o *caput* e os parágrafos 4º, 6º, 11, e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); entre outras proposições.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC n.º 27/01, institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC n.º 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs n.ºs 12/00 e 14/01), entre outras proposições.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 — Comissão de Educação

17h — Comissão Mista de Segurança

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

17h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

18h — Comissão Mista Especial da Crise de Energia Elétrica

Pauta: Exposição do ministro Pedro Parente, presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Votação da reforma do Judiciário avança na CCJ

Membros da comissão pretendem votar as 247 emendas até o final do mês, enviando a proposta imediatamente ao Plenário do Senado, que poderá encaminhá-la à Câmara dos Deputados ainda neste semestre

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), convocou reunião para as 10h desta quarta-feira destinada a votar a reforma do Judiciário. Será a terceira reunião dos últimos dias para exame das 247 emendas apresentadas à proposta de emenda constitucional.

A idéia dos senadores integrantes da CCJ é votar a reforma até o final de março, enviando a proposta imediatamente ao exame

do Plenário. Bernardo Cabral acredita que o Senado poderá encaminhar o projeto à Câmara ainda neste semestre. A matéria já foi votada pelos deputados, mas as emendas que o Senado vem fazendo no projeto exigem nova votação na Câmara. Para Cabral, se houver acordo de lideranças, os deputados poderão aprovar a matéria neste ano.

A CCJ está acelerando a vota-



Bernardo Cabral convocou reunião da CCJ para as 10h desta quarta-feira

ção da reforma do Judiciário porque as lideranças partidárias concluíram que ela é importante para reduzir a criminalidade, por permitir o julgamento mais rápido dos processos. Entre os itens que compõem a reforma constam, por exemplo, dispositivos que restringem o número de recursos que podem ser impetrados para evitar o rápido cumprimento de uma determinação judicial.

Do total das emendas apresentadas pelos senadores à reforma, 22 foram acolhidas integralmente pelo relator, que é o próprio Bernardo Cabral. Sete emendas foram aceitas parcialmente e uma acolhida na forma de subemenda. A CCJ já rejeitou mais de 100 emendas.

Na semana passada, foram discutidos 35 destaques propostos pelos senadores, todos eles buscando aprovar emendas rejeitadas ou aceitas de forma parcial pelo relator. A votação desses destaques deve ocorrer agora.

Além da reforma do Judiciário, constam da pauta da CCJ para esta quarta-feira mais de 30 projetos, entre eles proposta de mudança constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga o presidente da República, os governadores e os prefeitos a listarem no projeto de orçamento quais obras estão paralisadas e por que isso ocorre. O relator do projeto é o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que apóia a exigência.

Calheiros: PMDB pode propor decreto legislativo para liberar coligações

O Congresso não pode aceitar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) invada sua competência legislativa interpretando, neste momento, uma lei elaborada pelos parlamentares em 1997, e inviabilizando a prática das coligações livres que valeu nas eleições gerais do ano seguinte, afirma o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Segundo ele, o partido proporá um decreto legislativo simples, apenas restabelecendo as regras eleitorais vigentes nas eleições gerais de 1998.

Para Renan Calheiros, a razão essencial para a existência do Congresso é sua competência de legislar. A Constituição lhe garante a faculdade de preservar essa função legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes. "É dever dos parlamentares não aceitar essa ingerência indevida do TSE, sem criar confronto, mas com firmeza", disse.

O senador lembrou que o próprio TSE, ao orientar partidos e eleitores em seus boletins de rá-



Para Renan Calheiros, "é dever dos parlamentares não aceitar ingerência indevida"

dio e TV durante a campanha de 1998, considerou que as coligações poderiam ser celebradas livremente, em nível nacional e regional. Não houve interpretação formal sobre o assunto, porque nenhum partido ou candidato suscitou qualquer dúvida sobre tal prática, explicou.

O líder do PMDB disse ter feito consultas aos líderes dos demais partidos, recolhendo a impressão de que o decreto legislativo pode

ser aprovado rapidamente, por precisar apenas de maioria simples e um único turno de votação na Câmara e no Senado. A solução já em tramitação — uma proposta de emenda à Constituição — seria de difícil implementação, por necessitar de maioria de três quintos e dois turnos de votação.

Renan Calheiros admitiu não ter plena certeza de que o decreto legislativo tenha poder para revogar uma decisão do TSE, mas revelou que o PMDB está consultando juristas renomados para se certificar disso, antes de apresentar a proposta. "Não se trata de saber se a proibição de coligações nacionais e regionais diferentes entre si beneficia o partido A ou o candidato B, trata-se de uma questão institucional, perdem o Legislativo e a democracia", observou.

Calheiros anunciou a realização de uma reunião de lideranças partidárias para, à luz da normatização da decisão do TSE e dos pareceres dos juristas, decidir se a apresentação do projeto de decreto legislativo é a melhor solução.

Carlos Wilson critica projeto do governo para mudar CLT

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) criticou, em discurso na sexta-feira, a pressão do governo em mudar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pediu discussão aprofundada no Senado sobre a questão. "Nunca vi nada tão precipitado, nada tão desmedido."

— Por que tanta pressão? A CLT tem 62 anos. O senhor Fernando Henrique está no poder há sete anos. A crise fiscal brasileira não começou agora. Por que, de repente, a obrigatoriedade do pagamento do 13º salário ou de férias, de horas extras, passou a ser insuportável? — questionou o senador.

Para Carlos Wilson, a pressão que o governo federal e o presidente Fernando Henrique Cardoso exerceram sobre os deputados foi "de tal forma desmedida" que permite uma análise: "ou o governo sabe de alguma coisa que nós não sabemos ou ele também está sob pressão de grupos empresariais poderosíssimos", cogitou.

Mesmo favorável a um novo diploma legal, condizente com os tempos atuais, Carlos Wilson defendeu a CLT, dizendo que essa

legislação atravessou a vigência de quatro Constituições e o rigor do regime militar sem que se ousasse tocar nela. Desde sua criação por Getúlio Vargas, na visão do senador, não surgiu nada mais avançado em matéria de legislação trabalhista no país. "Não são os direitos trabalhistas que inviabilizam o emprego, mas a carga tributária que incide sobre a atividade econômica", afirmou.

Segundo Carlos Wilson, o projeto apresentado pelo governo não atende aos interesses de trabalhadores e empresários. Os sindicatos, na avaliação do senador, "exceção feita a uma meia dúzia", estão esvaziados, e os trabalhadores podem sofrer perdas com o aumento da liberdade de negociação entre patrões e empregados. A campanha publicitária do governo federal contra a CLT, orçada em R\$ 2,5 milhões, segundo informou, também foi criticada pelo senador.

Carlos Wilson disse ainda que foi uma medida equivocada do governo a extinção "relâmpago" da Sudene. O ideal, acrescentou, seria reformar o órgão para sanar as distorções existentes.

Carlos Bezerra quer facilitar exame de demandas trabalhistas

Projeto que pretende restringir as demandas de natureza trabalhista passíveis de serem submetidas à Comissão de Conciliação Prévia foi apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta prevê que somente irão passar por esse processo as ações em que haja possibilidade de solução conciliatória e disposição das partes para isso.

A proposta de Bezerra altera o artigo 625-D da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e tem a intenção de pôr fim a dúvidas suscitadas quanto à sua interpretação. Da forma como está redigido, o artigo determina que qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia na localidade de prestação do serviço.

Preocupado em evitar futuros prejuízos às comissões de concili-



Carlos Bezerra pretende evitar prejuízos futuros às comissões de conciliação prévia

ação prévia, Carlos Bezerra mantém a integralidade do texto legal, inserindo apenas alguns limites para cumprimento do dispositivo. No seu ponto de vista, é fundamental que a causa trabalhista a ser submetida ao crivo dessas comissões atenda a dois preceitos básicos: tenha caráter conciliatório e conte com a disposição das partes de negociar um acordo.

Comissão analisa projeto que corrige erro no IRPF

Faz parte também da pauta da CAE proposta do senador Moreira Mendes que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) apresentou parecer favorável ao projeto de lei do deputado Milton Temer (PT-RJ) que corrige erro técnico de tributação na fonte pelo Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

Segundo o senador, a proposição corrige a injustiça da incidência errônea do imposto sobre parcelas isentas que, atrasadas, foram recebidas posteriormente de uma só vez. Assim, haveria perda patrimonial de trabalhadores, aposentados e assemelhados.

A matéria está na pauta que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã.

A CAE, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deverá também analisar proposta do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública. O parecer do relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), pede a realização de audiência sobre o assunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outro importante projeto na pauta da comissão proíbe a exi-



Geraldo Melo é favorável à correção do erro tributário. Projeto de Álvaro Dias também será analisado pela CAE



gência de caução, por hospitais e clínicas, no ato da internação ou anteriormente à prestação de serviços aos usuários de planos e seguros privados de saúde. Do senador Paulo Souto (PFL-BA), a proposta recebeu parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e tramita na CAE em caráter terminativo – ou seja, a comissão dá a palavra final sobre o assunto, a não ser que haja recurso para que a matéria seja votada em Plenário.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Entre os 12 projetos da pauta destaca-se ainda o que substitui a cota estadual do salário-educação por uma quota estadual e municipal, redistribuída na pro-

porção do número de alunos matriculados no ensino fundamental de suas respectivas redes escolares. Seu autor, o senador Álvaro Dias (PDT-PR), reclama que apenas metade da cota estadual é repassada de acordo com o número de alunos matriculados nas escolas, sendo a outra metade usualmente aplicada apenas em escolas estaduais ou distribuídas para os municípios segundo critérios políticos.

O parecer do relator, senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), é favorável à aprovação da proposta, mas o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou substitutivo ao projeto em voto em separado.

Parente mostrará resultados do racionamento

A Comissão Mista Especial da Crise de Energia receberá amanhã o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente. Coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia, Parente apresentará os resultados do programa de racionamento.

O fim do racionamento, anunciado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na semana retrasada não encerra os trabalhos da comissão. Até abril, prazo previsto para entrega do relatório final, o colegiado continua a buscar soluções permanentes para o aumento do potencial de geração de energia

elétrica do país. O relatório final deve destacar essas soluções, segundo informou o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), inclusive com o desenvolvimento de formas alternativas de geração para evitar futuras contenções forçadas de consumo.

Ao longo do segundo semestre do ano passado, a comissão recebeu especialistas e autoridades para discutir saídas para a crise de geração de energia. A reunião de amanhã será realizada a partir das 18h na Ala senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal.



Pedro Parente será ouvido amanhã pela Comissão Especial da Crise de Energia

Sessão especial amanhã lembrará Mário Covas

Às 11h de amanhã, no Plenário do Senado Federal, será realizada sessão especial em reverência à memória do ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal e ex-constituente Mário Covas, falecido no ano passado.

A sessão especial foi requerida pelos senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Maguito Vilela (PMDB-GO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Os oradores da sessão especial foram indicados pelos líderes partidários. Estão inscritos para falar os senadores Pedro Simon, José Serra (PSDB-SP), Artur da Távola (PSDB-RJ), Eduardo Su-



O ex-senador e ex-deputado federal Mário Covas faleceu no ano passado

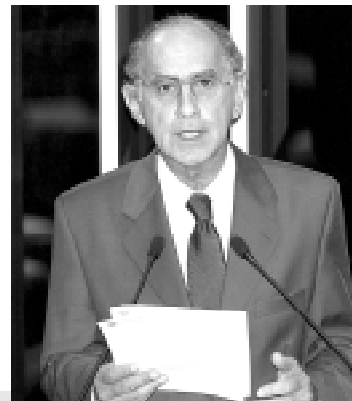
plicy (PT-SP), Jefferson Péres, Arlindo Porto (PTB-MG) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Mauro Miranda propõe homenagem a ex-senador

Foi encaminhado à Comissão de Educação projeto do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que dá o nome do ex-senador Taciano Gomes de Mello ao viaduto localizado no quilômetro 617 da rodovia BR-153, no município goiano de Morrinhos. A homenagem, segundo o senador, é devida pela grande biografia de Gomes de Mello e pelos serviços que o político prestou a Goiás.

– Taciano Gomes de Mello é merecedor da homenagem que oferecemos. Homenagem que permite não só ao povo de Goiás, mas também à população brasileira, reverenciar uma das personalidades políticas goianas mais atuantes.

Gomes de Mello iniciou a carreira política como prefeito de Pires do Rio (GO), permanecendo no cargo por quatro manda-



Mauro Miranda ressaltou a trajetória política do goiano Taciano Gomes de Mello

tos. Foi também deputado estadual entre 1935 e 1937 e entre 1946 e 1950, senador entre 1958 e 1967 e ministro do Tribunal de Contas da União. Quando ocupava esse último cargo, em 1969, Gomes de Mello foi cassado por força do Ato Institucional nº 5.

Infra-Estrutura aprecia nome para o Conselho da Anatel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se extraordinariamente amanhã para apreciar a indicação de Luiz Alberto Silva para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A indicação foi feita pelo presidente da República e já conta com parecer favorável do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Em caráter terminativo, a comissão também apreciará, entre outros, projeto do senador Ma-

guito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão em Goiás, Tocantins e Distrito Federal. O parecer, favorável à proposta, é do senador Mauro Miranda.

Outro projeto a ser examinado, de autoria do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), institui o Conselho Nacional de Política Energética. O relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), emitiu parecer pela rejeição do projeto.

Comissão de Segurança começa a votar propostas

Exame será iniciado pelos projetos que obtiveram consenso nos grupos de trabalho. Repressão ao seqüestro, com aumento das penas e tipificação do crime de seqüestro relâmpago, deve estar entre as primeiras matérias apreciadas

A Comissão Mista de Segurança Pública vota amanhã, às 17h, os primeiros projetos selecionados pelos grupos de trabalho que analisam as 246 propostas em tramitação no Congresso Nacional relacionadas com o combate à violência. Na última reunião foi definido o calendário de votações da comissão, pelo qual esta semana serão apreciadas as propostas sobre as quais já há consenso em cada grupo de trabalho.

Na impossibilidade de consenso nos grupos, o relator, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), o presidente e o vice-presidente da comissão, senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Artur da Távola (PSDB-RJ), e os sub-relatores elaborarão uma pauta para votação nos dias 12, 13 e 14 de março. A idéia é apresentar os primeiros resultados dos trabalhos da comissão antes do final de março. A Comissão de Segurança tem até 20 de abril para concluir os trabalhos e votar o relatório final de Torgan.

As primeiras propostas votadas devem ser as relacionadas à repressão ao crime de seqüestro. A sub-relatora do grupo que estuda os crimes contra a vida e o patrimônio, deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), informou que há consenso sobre a necessidade de aumentar as penas para esse tipo de delito. Além disso,

deve ser aprovada a tipificação do crime de seqüestro relâmpago.

Os outros grupos de trabalho tratam de alterações na Lei de Execução Penal; do crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro; da estrutura da segurança pública; de ações preventivas; de programas, planos e recomendações ao governo federal; e da agilização do processo penal.

CÓDIGO

Os sete projetos que alteram o Código de Processo Penal e que haviam sido incluídos na pauta de votações da Câmara pelo presidente daquela Casa, Aécio Neves, também devem ser analisados nos próximos dias.

O requerimento de instalação da comissão determina que as propostas prontas para votação nas duas Casas do Congresso não devem ter a tramitação atrasada pela análise da Comissão de Segurança. No entanto, o deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), relator do grupo sobre agilização do processo criminal, considerou a colocação dos projetos em pauta um desprestígio para a comissão. Fleury chegou a pedir a extinção do grupo. A intervenção do presidente da comissão, senador Iris Rezende, que se reuniu com Aécio, possibilitou a solução conciliatória.



Iris Rezende e Artur da Távola, presidente e vice da comissão, vão participar da elaboração da pauta das matérias que não tiveram consenso



Jefferson pede que Congresso rejeite corporativismo e "jogo de empurra"

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu a adoção, pelos parlamentares, do interesse público como critério exclusivo nas deliberações sobre os projetos em tramitação que tratam do combate à violência. Ele disse que deputados e senadores devem evitar as tentativas do corporativismo e do "jogo de empurra", por meio do qual as autoridades procuram isentar-se de responsabilidades na luta contra a criminalidade.

— O Congresso Nacional nunca esteve tão disposto a dar uma resposta eficaz e sincera aos reclamos do povo — disse Jefferson, ao elogiar a decisão dos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, de constituir comissão mista para examinar as propostas que tramitam nas duas Casas a respeito do tema.

O senador observou que as 246 proposições em tramitação no Senado e na Câmara refletem o grau de insegurança que tomou conta da população. Também indicam a existência de disputas entre *lobbies* corporativistas de diversos segmentos policiais, que, a seu ver, mostram-se muitas vezes mais preocupados consigo próprios do que com o bem comum. Ele questionou a presença de 20% do efetivo das polícias militares em funções burocráticas e condenou "rivalidades e ciuemeiras" que limitam a ação policial.

De acordo com Jefferson, o "jogo de empurra" das autoridades começa pelo governo federal, que atribui ao Congresso Nacional a culpa pelo aumento da criminalidade. O senador observou que o Orçamento Geral da União

previa R\$ 2,5 bilhões para o combate à violência no ano passado, mas somente R\$ 1,6 bilhão foi efetivamente investido.

Os governos estaduais, disse o senador, também aderiram ao "jogo de empurra". Alguns deles, comentou, têm defendido a unificação das polícias civil e militar, que, somente em São Paulo, levaria a uma economia anual de R\$ 250 milhões. Mas até agora em nenhum estado a medida foi colocada em prática. O senador ressaltou a necessidade de união entre os três Poderes e entre a União, os estados e os municípios no combate à violência.

— O povo exige do poder público — e aqui me refiro às três esferas e aos três níveis de governo — a pura e simples restauração do mais elementar dos direitos humanos, o direito de viver, trabalhar, estudar, ir e vir em paz a qualquer hora do dia ou da noite — afirmou Jefferson.



Segundo Jefferson Péres, "o povo exige a restauração do mais elementar dos direitos humanos"

Para João Alberto, Estado deve atacar impunidade

O grau de insegurança que atinge a população brasileira é tão elevado que não cabe agora à sociedade e aos poderes instituídos ficar buscando as causas do problema, devendo, ao contrário, empenhar-se na busca das soluções. A opinião é do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que sugeriu a intervenção forte e imediata do Estado para o combate à corrupção policial e à impunidade.

— De pouco proveito imediato será o debate interminável sobre as causas da violência. As causas já as conhecemos: crescimento exponencial da população, êxodo rural, urbanização desordenada, desemprego, fome, miséria, drogas e corrupção. Inócua, pois, prolongar as discussões sobre união ou não das polícias ou a criação de estruturas nacionais de segurança pública ou instituir "comissões de notáveis". Essas iniciativas não passarão de fumaça sobre uma realidade presente e cada dia mais cruel — avaliou.

Para resolver o problema, João Alberto Souza sugere, entre outras medidas, a adoção imediata de uma política salarial condigna para os policiais, a separação prisional pela tipificação do crime e a aplicação de penalidades alternativas. Recomenda também o combate à corrupção, "que existe quando e onde o crime compensa".

— O Estado está autorizado a agir e precisa agir para proteger a sociedade que o constituiu. Há uma necessidade imediata de envolvimento dos contingentes sadios das próprias polícias, para que não sejam apenas cumpridores de ordens hierárquicas, mas também setores de pensamento impulsionadores da mudança de paradigmas na efetivação da segurança pública — disse o senador.

Governo tem garantido investimentos, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse sexta-feira, no Plenário, que o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, tem agido com muita presteza, o que resultou na liberação de mais de R\$ 1,2 bilhão para a área de segurança pública em todo o país, somente no que diz respeito ao Orçamento da União de 2001. Para este ano, já está prevista a aplicação de aproximadamente R\$ 1,15 bilhão, disse o senador.

Romero Jucá ressaltou que o atual governo tem se mostrado sensível aos apelos da sociedade por mais segurança pública, "encontrando no ministro Aloysio Nunes um defensor dos investimentos para o setor".

Todos os fundos ligados ao Ministério da Justiça, explicou o senador, falando como líder do go-

verno, obtiveram um índice de execução no Orçamento de 2001 superior a 90%, destacando-se aí o Fundo Nacional de Polícia (Funapol), com 95%; o Fundo Penitenciário (Funpen), com 96,4%, e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), com 99,2%.

Segundo dados apresentados por Romero Jucá, no ano de 2000 o governo federal investiu um total de R\$ 799,84 milhões na área de segurança pública em todo o país, executando, assim, 91,2% dos recursos programados no Orçamento. Com relação ao Orçamento de 2001, foram executados 95,9% dos recursos programados, num total de R\$ 1,25 bilhão. Para o ano de 2002, o governo espera investir um total de R\$ 1,15 bilhão.

Projeto garante matrícula de quem não receber o diploma

Objetivo é evitar que, por motivo de greve de docentes, aluno do último ano do ensino médio não possa entrar na universidade

A Comissão de Educação (CE) deverá analisar amanhã, a partir das 11h30, parecer da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) favorável ao projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que assegura matrícula na universidade ao estudante do último ano do ensino médio classificado nos exames de acesso ao ensino superior que não tenha se formado por motivo de greve de docente em seu estabelecimento de ensino.

A proposta determina que o estudante ficará obrigado à apresentação do respectivo diploma no prazo de até 30 dias após o término do ano letivo, sob pena de nulidade da matrícula. "Não é justo que os estudantes tenham que adiar seus planos e enfrentar no-



Parecer de Marluce Pinto, na Comissão de Educação, é favorável à medida

vos exames para chegar à universidade em razão do atraso na obtenção de seu diploma de nível médio ocasionado por greve dos profissionais da educação", justificou Carlos Bezerra.

Também faz parte da pauta de 22 itens da CE o parecer do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) pela aprovação do projeto de ini-

ciativa da Câmara que obriga as concessionárias de distribuição de energia elétrica a veicular, no verso das contas de luz, instruções alertando os consumidores sobre os procedimentos a adotar em caso de queda de tensão ou interrupção no fornecimento.

A CE deverá se pronunciar ainda sobre substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que altera a legislação sobre os estágios de estudantes universitários e de cursos profissionalizantes. A intenção do senador pelo Pará é garantir o caráter educacional desse tipo de trabalho. A proposta estipula algumas condições de proteção ao estagiário, como a remuneração e o direito a férias após o período de 12 meses.

Plenário examinará idade para ensino fundamental

O acesso das crianças ao ensino fundamental pode ser antecipado para 6 anos de idade. Projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) nesse sentido foi acolhido pela Comissão de Educação (CE) na forma de substitutivo, devendo o parecer ser lido em Plenário nos próximos dias.

Ao propor a antecipação da idade de ingresso das crianças na educação formal, ele espera que seja atingida uma taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% dos estudantes na faixa etária de 7 a 14 anos matriculados em escolas públicas. Outra preocupação registrada no projeto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é a de que não haja redução média de recursos

por aluno decorrente da incorporação de crianças mais novas ao ensino fundamental.

Na justificativa do projeto, Ricardo Santos observa que a mudança pode tanto levar ao término do ensino fundamental aos 13 anos de idade como elevar a faixa de escolaridade de 8 para 9 anos. O senador argumenta que as deficiências qualitativas da educação brasileira e as condições socioeconômicas sugerem a necessidade de ampliação do tempo do estudante na escola.

— O projeto facilita antecipar e ampliar o ensino fundamental para



Proposta de Santos foi aprovada pela Comissão de Educação

a maioria da população, estatuiendo como condição a taxa líquida de escolarização no âmbito de cada sistema de ensino — explicou. Ricardo Santos fez questão de esclarecer que a proposição não pretende recriar as classes de alfabetização, que impediam o ingresso de crianças acima de 7 anos na educa-

ção formal em função de repetidas reprovações, nem promover o disfarce da pré-escola como classe de ensino fundamental com o intuito de ampliar as verbas do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Maria do Carmo quer vagas em creche para deficientes

Projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reserva para crianças portadoras de deficiência 5% das vagas existentes em todas as creches. Conforme a proposta, elas deverão ser atendidas por profissionais devidamente habilitados. A matéria altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A senadora argumenta que o

objetivo da medida é "contribuir para que se combata o preconceito no seu nascedouro". A convivência entre pessoas com habilidades e características diversas, "desde a mais tenra idade, trabalha em prol da tolerância, no sentido em que a diferença passa a ser percebida como uma circunstância corriqueira e natural", afirma Maria do Carmo.

Ao determinar que o atendimento das crianças deficientes

seja feito por profissionais devidamente habilitados, observa a senadora, o projeto de lei busca garantir os cuidados necessários para que essas crianças tenham oportunidade de se desenvolver na sua plenitude e de se tornar cidadãos participantes da vida familiar.



Projeto de Maria do Carmo está na Comissão de Justiça

Para Agaciel Maia, Senado será modelo em treinamento

Servidores do Banco Central começam, nos próximos dias, a estudar políticas públicas e processo legislativo no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), numa fase embrionária do projeto Unilegis (Universidade do Legislativo), que será inaugurado ainda este mês pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.



Segundo Agaciel Maia, servidores do BC farão curso no ILB

Na opinião do diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, trata-se de uma das idéias mais caras a um Parlamento preocupado com a melhoria do serviço público, a formação do cidadão e o futuro do país. Com esse programa, ele diz que o Senado está se transformando num modelo em treinamento profissional para o poder público e para o cidadão brasileiro em geral.

O diretor informou que, além do Banco Central, já manifestaram interesse nesses cursos a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Caixa Econômica Federal (CEF), a Câmara dos Deputados e a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

— É o Senado participando da

melhoria da qualidade profissional do serviço público e dos cidadãos. É o Senado não só fazendo leis, mas ensinando a importância de legislar. Com isso, o Senado passa a ser referencial na formação da cidadania, formando brasileiros conscientes da função de legislar — observou.

Agaciel Maia informou que a Unilegis treinará em políticas públicas, processo legislativo, elaboração de prestação de contas, obtenção de recursos federais sem intermediação de terceiros, normas e técnicas de procedimentos licitatórios, fiscalização da execução orçamentária e financeira dos orçamentos públicos, elaboração de proposta orçamentária e outras matérias do universo de conhecimentos necessários à administração de recursos públicos.

Na opinião do diretor-geral, o Senado brasileiro pode ser o primeiro no mundo a ter uma universidade cooperativa, destinada a ampliar o conhecimento que o povo tem do Parlamento e a tornar popular a técnica de legislar.

Estudantes de Brasília vão conhecer de perto como funciona a instituição

Trinta e nove mil estudantes visitaram o Senado durante a exposição sobre os 500 anos do Brasil, adquirindo conhecimentos a respeito da formação do país e da importância do Legislativo numa democracia. O sucesso da iniciativa inspira agora o Senado a realizar, juntamente com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, um projeto destinado a trazer alunos de 7 a 12 anos para conhecer a instituição.

Certo de que o Senado tem um valioso papel a desempenhar na formação de cidadãos conscientes sobre o processo legislativo, o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, argumenta que a instituição não pode restringir apenas a seus servidores os instrumentos de que dispõe para treinamento profissional. Como exemplo desses recursos, ele mencionou o canal interno de televisão, que permite o aprendizado sem que o servidor deixe seu local de trabalho.

Nesse convênio com o governo do DF, segundo o diretor-ge-

ral, o Senado poderá fornecer ônibus para que alunos da rede pública sejam trazidos ao Congresso, a fim de passar o dia acompanhando o processo legislativo, como apresentação de projetos de lei, debate nas comissões, defesa das iniciativas em Plenário, manifestações contrárias à matéria e votações.

Para mostrar a importância da conscientização juvenil nessa área, ele informou que hoje o Senado conta com 400 estagiários — estudantes universitários que ganham R\$ 300 por mês para um período de aprendizado na Casa — invariavelmente conscientes da importância do dia-a-dia no Legislativo para entender a importância da instituição.

Na opinião de Agaciel Maia, ao final do estágio, esses universitários deixam o Congresso com uma idéia bem diferente da que tinham antes a respeito do Parlamento, em virtude do fato de que passam a entender como a Casa funciona.

Acordo com Paraguai permite transferência de preso

Projeto de decreto legislativo que será votado amanhã pela CRE aprova tratado para possibilitar cumprimento de pena no país de nascimento. Comissão também examina normas sobre extradição entre países sul-americanos

Mozarildo pede que Câmara vote criação de três estados

Ao analisar a questão da redivisão territorial, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez, na sexta-feira, apelo aos deputados para que apreciem com a máxima urgência projetos de lei de sua autoria que propõem a realização de plebiscitos sobre a criação de três estados na Região Norte. Os projetos, informou o senador, já foram aprovados pelo Senado e estão há mais de um ano na Câmara, aguardando votação.



Segundo Mozarildo, a criação dos novos estados deve melhorar a defesa fronteiriça

As propostas sugerem que a população seja consultada sobre a criação de três estados: Tapajós (formado por municípios do oeste do Pará), Araguaia (com municípios do norte de Mato Grosso), e Solimões (com municípios do oeste do Amazonas). No caso de Solimões, no entanto, o Senado aprovou substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) estabelecendo que, ao invés de um estado, sejam criados três territórios na região.

Mozarildo disse que discorda da ideia do substitutivo por entender que a figura de território federal inibe a formação de lideranças locais empresariais, classistas e da própria sociedade, retardando o desenvolvimento da unidade federativa. Ele lembrou, por exemplo, que os territórios não têm Assembleia Legislativa nem representação no Senado e têm apenas metade do número de representantes na Câmara.

— Além de ser uma área muito

extensa, é importante a criação desses novos estados para melhorar a defesa de nossa área fronteiriça, já que todos eles fazem divisa com outros países da América do Sul — argumentou o senador, contando que a ideia de criação dos estados não é sua, havendo registros dessa reivindicação datados de 100 anos atrás.

Mozarildo recomendou à população da região interessada no desmembramento dos estados que cobre de seus representantes a votação das matérias. Para reforçar suas observações, ele lembrou o sucesso de dois estados novos, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) concordou com a tese de criação de estados, mas disse que considera sensata a ideia de instituir primeiro os três territórios.

Cerca de 165 brasileiros presos no Paraguai e 65 paraguaios presos no Brasil poderão ser beneficiados por projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores sob Tratamento Especial entre o Brasil e o Paraguai. A matéria será examinada na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional marcada para amanhã, às 17h30.

Com parecer favorável, o projeto estabelece que a aplicação do tratado dependerá de o fato que motivou a pena ser considerado delito também no país de nascimento do preso, onde este poderá ser recebido para o cumprimento do restante da pena, que deverá ser superior a 12 meses.

O tratado foi proposto pelo então ministro da Justiça, Nelson Jobim, com o objetivo de beneficiar presos brasileiros no Paraguai e paraguaios cumprindo pena no Brasil. Ainda conforme o texto a ser examinado, são reservadas ao Estado do remetente as prerrogativas de indulto, anistia ou comutação da pena imposta.

Outro projeto de decreto legis-



CRE aprecia Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores sob Tratamento Especial entre o Brasil e o Paraguai

lativo na pauta da CRE aprova o Acordo de Extradição entre os Países do Mercosul (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) com a Bolívia e o Chile. O parecer do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) é favorável à matéria. Pelo acordo, os Estados participantes devem entregar, reciprocamente, as pessoas que se encontrem em seus respectivos territórios e que sejam procuradas pelas autoridades competentes, para serem processadas pela prática de algum delito, que respondam a processo já em curso ou para a execução de

uma pena privativa de liberdade.

Também integra a pauta de seis itens da comissão outro projeto de decreto legislativo aprovando o texto que altera a Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações, aprovada em Genebra, em 1992. A proposta tem o objetivo de preservar e intensificar a cooperação internacional entre todos os seus membros para melhoria e o emprego racional de todas as categorias de telecomunicações. O senador Tião Viana (PT-AC) emitiu parecer favorável à matéria.

Wilson quer extradição só depois de cumprida pena

A extradição de estrangeiros que tenham cometido crime no Brasil e estejam sendo processados ou cumprindo pena deverá ficar mais difícil, se aprovado projeto de lei do senador Carlos Wilson (PTB-PE) encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O objetivo básico da proposta, argumenta o senador, é “garantir maior soberania das decisões legítimas do Poder Judiciário” quando do julgamento de estrangeiro por delito praticado no Brasil.

Carlos Wilson quer que o Estatuto dos Estrangeiros determine, no

seu artigo 67, que “o estrangeiro que estiver sendo processado, ou tiver sido condenado no Brasil por crime punível com pena privativa de liberdade, somente poderá ser expulso depois da conclusão do processo ou do cumprimento da pena”.

Sobre o livramento condicional, prevê o projeto que somente será concedido a estrangeiro após consulta ao presidente da República que, nessa hipótese, decidirá sobre a conveniência ou não de se expulsar o condenado em vez de se conceder o livramento. Desde que conveniente ao interesse nacional, a



Carlos Wilson pretende “garantir maior soberania das decisões legítimas do Poder Judiciário”

expulsão do estrangeiro poderá efetivar-se ainda que haja condenação a pena não privativa de liberdade.

Proposta da Fiesp abre horizontes para o país, afirma Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou na sexta-feira a publicação, em janeiro, do documento *O Brasil de Todos Nós – Proposta para Discussão com a Sociedade*, de autoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “É um trabalho que abre construtivamente perspectivas

e horizontes e que merece atenção, análise e debate; um excelente texto que nos deixa esperançosos e otimistas quanto às possibilidades de nosso país”, comentou o senador.

No documento, de 20 páginas, a Fiesp identifica, segundo Romero Jucá, as condicionantes macroeconômicas para o

desenvolvimento brasileiro, como estabilidade de preços, seriedade fiscal, reforma tributária, firme política industrial e eficiente política de comércio exterior. O texto, conforme destacou o senador, também defende a redução da taxa de juros e as privatizações, de preferência com pulverização de capitais, com

instituições reguladoras fortes. A transformação do Brasil se daria pela inclusão social e pelo fortalecimento da democracia. Como metas, o documento aponta o crescimento do emprego, a redução da pobreza, o aumento da escolaridade e o investimento em saúde, entre outras.

— O livreto insiste em que é possível construir um caminho sustentável de progresso social tendo como base e como meio a competitividade. Só ela permite conviver com a globalização, vencer a exclusão e dar esperança aos cidadãos e, principalmente, aos jovens — afirmou Jucá.

Brasil pode liderar ecoturismo mundial, diz Moreira Mendes

Para o senador, as áreas de proteção ambiental e os parques nacionais credenciam o país a se tornar referência nessa atividade econômica

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu em Plenário o fortalecimento do ecoturismo no Brasil. Ao registrar o Dia do Turismo Ecológico, comemorado em 2 de março, ele observou que o país tem amplas condições de liderar o setor em todo o mundo, graças às suas belezas naturais.

— O Brasil deve explorar o filão dessa atividade relativamente nova, de pouco mais de 10 anos, porque tem possibilidades de se sobrepôr a todos os países, uma vez que seus parques nacionais e áreas de proteção ambiental representam 37% da extensão total do país — afirmou.

Presidente da Subcomissão do Turismo, Moreira Mendes afirmou que esse é o setor da economia que mais rapidamente gera

Moreira: turismo é o setor da economia que mais rapidamente gera emprego e renda



emprego e renda. Ele recordou ter assumido a causa do turismo por entender que a atividade se tornaria uma das áreas de maior crescimento econômico neste início de século.

Moreira classificou o Brasil como um local “fantástico” para o turismo, por dispor de 8 mil

quilômetros de costas e destinos atrativos como o Pantanal e a Amazônia. Do estado que representa, Rondônia, ele destacou a potencialidade turística do Vale do Guaporé. O senador observou, entretanto, que o país ainda não dá a devida importância ao turismo.

Jucá ressalta iniciativas do Banco Central para divulgar atividades

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) salientou a preocupação do Banco Central do Brasil (BC) em divulgar amplamente suas ações para a sociedade. Uma das principais ferramentas para isso, destacou, é a divulgação anual do relatório de atividades da instituição. Jucá citou o relatório referente ao ano 2000, divulgado em outubro último.

Jucá observou que o BC “manteve-se firme no cumprimento de suas metas”, principalmente quanto ao controle da inflação, cuja meta foi cumprida pelo segundo ano consecutivo. Jucá lembrou que o banco obteve “significativa redução na taxa de juros de curto prazo”. E acrescentou que a gestão das políticas monetária e cambial “contribuiu para o processo de retomada do crescimento econômico do país”, que naquele ano superou o índice de 4,5% do Produto Interno Bruto.

O senador ressaltou ainda que o prazo da dívida pública federal



Segundo Jucá, o Banco Central manteve-se firme no cumprimento de suas metas

interna atingiu 15,3 meses no final de 2000, quase o dobro do registrado no final de 1999. Jucá também enfatizou que o crescimento de 14,7% nas exportações permitiu que o déficit comercial fosse reduzido em 45%, não obstante uma elevação de 13,2% nas importações. Assim, esse déficit caiu de US\$ 1,26 bilhão em 1999 para US\$ 698 milhões em 2000.

Segundo Jucá, o ano 2000 “foi marcado pelo início de uma série de projetos cujo objetivo é melho-

rar a compreensão do público sobre o Banco Central”. Entre eles, o parlamentar destacou o Museu de Valores e a criação na Internet da página BC Jovem, além do programa BC Atende, com centrais telefônicas em dez capitais. O número de atendimentos pelas centrais não pára de crescer: 500 mil em 1998, passando para 615 mil no ano seguinte, para atingir 657 mil em 2000.

PROES

Romero Jucá citou também os avanços do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), que reduziu a participação dos governos estaduais na atividade bancária de 16% para 3%. Ele destacou o sucesso nos leilões de privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado), que atingiu valor 302% superior ao preço mínimo, e do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), de 281% sobre o preço mínimo.

Desde que o Proes foi instituído, em 1996, foram privatizadas sete instituições. Outras dez estão em processo de liquidação.

Projeto de Calheiros garante isenção de IPI para taxista

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou projeto de lei que pretende isentar taxistas do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte de passageiros. Segundo Calheiros, a proposta pode sanar “uma grave injustiça” e permitir que os motoristas de táxi continuem exercendo a profissão. O projeto foi remetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para instrução, antes de seguir para votação em Plenário.

— É imprescindível que o legislador venha ao encontro dos anseios de milhares de profissionais dessa categoria, considerada de relevante interesse público, que, após anos de dedicado trabalho, encontram-se desempregados ou impossibilitados de renovar ou comprar o único ins-

trumento de sua subsistência — justifica o senador.

A renovação da frota é, na opinião de Calheiros, o principal argumento de sustentação de seu projeto. Segundo afirma, o Código de Trânsito Brasileiro é rígido quanto às condições de operação dos carros, e a segurança dos usuários, dos pedestres e do próprio motorista demanda que os automóveis usados para a atividade ofereçam conforto e tranquilidade à população. Calheiros acredita que um prazo de três anos para a troca do veículo é razoável.

— Espero que a proposta receba o apoio dos meus pares para recolocarmos no mercado milhares de profissionais que, sem a isenção, não podem sustentar suas famílias e atender à população com o transporte remunerado de passageiros.



João Alberto lembra que, no Plano Real, rendimento da poupança foi menor que o de outras aplicações

João Alberto quer melhorar rentabilidade da poupança

Para garantir rentabilidade competitiva da caderneta de poupança, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou projeto prevendo que a Taxa Referencial (TR), que remunera a aplicação, não poderá ser inferior a 85% do valor da Taxa Básica Financeira (TBF), conforme metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que, durante a vigência do Plano Real, os rendimentos da caderneta de poupança situaram-se abaixo daqueles de ativos alternativos, apesar de a legislação determinar que a TR, fi-

xada pelo Banco Central, precisa ser compatível com as remunerações dos ativos concorrentes da caderneta.

Segundo João Alberto Souza, a proposta visa garantir rentabilidade competitiva da caderneta, para estimular a formação da poupança popular voluntária. Ele afirma que, no período entre 1997 e 2001, os saldos nominais dos depósitos permaneceram estáveis, em torno de R\$ 92 bilhões. Também a poupança rural ficou estagnada em R\$ 20 bilhões no período entre 1997 e 1999. “A melhoria da rentabilidade vai estimular o hábito de poupar, sobretudo nos segmentos menos favorecidos da população”, conclui o senador.